

DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(Art. 4º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000).

No quadro a seguir (AMF – Demonstrativo 2) comparamos as metas fiscais de resultado nominal e primário, do exercício de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% RCL ¹	Metas Realizadas em 2021 (b)	% RCL ²	Variação	
					Valor	%
					(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	67.962.707,820	108,22%	76.650.695.889,04	122,79%	8.687.988.069,04	12,78%
Receitas Primárias (I)	63.270.192,659	100,75%	72.459.646.015,58	116,07%	9.189.453.356,58	14,52%
Despesa Total ³	71.962.707,820	114,59%	73.423.283.129,88	117,62%	1.460.575.309,88	2,03%
Despesas Primárias (II) ⁴	65.844.701,978	104,85%	63.563.921.690,24	101,82%	-2.280.780.287,76	-3,46%
Resultado Primário (III) = (I-II)	(2.574.509,319)	-4,10%	8.895.724.325,34	14,25%	11.470.233.644,34	-445,53%
Resultado Nominal ⁵	(4.902.704,839)	-7,81%	7.703.433.909,14	12,34%	12.606.138.748,14	-257,13%
Dívida Pública Consolidada	43.648.494,490	69,50%	42.807.902.147,60	68,57%	-840.592.342,40	-1,93%
Dívida Consolidada Líquida	31.395.480,241	49,99%	18.029.714.152,73	28,88%	-13.365.766.088,27	-42,57%

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

- Nota:
1 - Receita Corrente Líquida estimada em R\$ 57.779.760.806,00
2 - Receita Corrente Líquida realizada de R\$ 62.425.093.702,25
3 - Despesa Total Empenhada
4 - Despesa Primária Paga, inclusive restos a pagar de exercícios anteriores (processados e não processados)
5 - Resultado Nominal apurado pela metodologia "acima da linha", conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª Edição - MDF/STN

Como se observa do quadro acima, apesar da despesa total empenhada superar os valores estimados na LDO para o exercício de 2022 (as metas para o exercício de 2021 foram alteradas pela Lei nº 17.595 de 2021), as despesas primárias pagas o foram em valores inferiores ao previsto, em especial pelos eventos relacionados aos restos a pagar (menor pagamento de restos no exercício de 2021 em relação ao previsto e maior valor de restos do exercício de 2021 a serem pagos nos exercícios subsequentes). Entretanto, a explicação principal para o resultado primário positivo de aproximadamente R\$ 8,9 bilhões (frente à meta de resultado primário negativo de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões) foi o aumento da receita primária realizada frente aos valores previstos, em decorrência do aumento da inflação corrente e do robusto crescimento da receita tributária.

Como consequência destes eventos, o resultado nominal também superou a meta, havendo, ainda, uma robusta redução da Dívida Consolidada Líquida, em especial pelo aumento das

19

deduções da Dívida Consolidada, que, por sua vez, teve valor próximo ao estimado (variação de 1,93%).

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS

O ano de 2021 apresentou crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,6% sobre 2020, ano em que a atividade econômica foi impactada negativamente pela pandemia e que apresentou variação negativa do PIB de 3,9%. O desempenho em 2021 foi positivo devido principalmente ao avanço da vacinação, a flexibilização das medidas de restrição e o Auxílio Emergencial. A inflação observada em 2021 foi de 10,06%, acima do centro da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central do Brasil (3,75%) e fora do intervalo de tolerância estabelecido.

A tabela abaixo apresenta os valores e a variação das receitas do município entre 2020 e 2021. Deve-se considerar que variações nominais acima de 10,06% indicam ganhos reais, e variações inferiores, perda real.

Receitas Consolidadas	Janeiro a Dezembro		Variação Nominal
	2020	2021	
RECEITAS CORRENTES	60.975	70.343	15,4%
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	35.352	43.770	23,8%
IPTU	10.770	11.500	6,8%
ISS	17.088	21.650	26,7%
ITBI	2.568	3.560	38,6%
Demais Tributos	4.926	7.060	43,3%
Receita de Contribuições	2.554	2.560	0,3%
Receita Patrimonial	2.485	1.720	-30,8%
Receita de Serviços	201	227	12,5%
Receita de Transferências	18.840	20.346	8,0%
FPM	320	426	33,2%
ICMS	7.468	9.369	25,4%
IPVA	2.735	2.894	5,8%
Demais	8.318	7.658	-7,9%
Outras Receitas Correntes	1.541	1.720	11,6%
RECEITAS DE CAPITAL	2.748	3.485	26,8%
Operação de Crédito	510	122	-76,1%
Alienação de Bens	50	23	-55,2%
Amortização de Empréstimos	21	21	4,6%
Transferências de Capital	750	657	-12,3%
Outras Receitas de Capital	1.417	2.662	87,9%
Outorga Onerosa	557	897	61,1%
Operação Urbana	50	192	288,5%
Demais	810	1.572	94,0%
RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIA	2.939	2.822	-4,0%
TOTAL	66.661	76.651	15,0%

RECEITAS CORRENTES

Em 2021, a Receita Corrente aumentou nominalmente 15,4%, totalizando R\$ 70,3 bilhões – valor superior em R\$ 10,2 bilhões em relação à LOA (R\$ 60,1 bilhões). O grupo é composto pelas Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, de Contribuições, Patrimoniais, de Serviços, de Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.

Dentre as receitas correntes, o aumento observado se deve principalmente às receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, que contribuíram com 89,9% do valor adicional dessas receitas em 2021 e apresentaram aumento de 23,8% em relação a 2020, majoritariamente devido ao ISS. Também tiveram impacto positivo as receitas de transferências, destacando-se a cota-parte do ICMS (25,4% a mais do que o período anterior).

21

A arrecadação do ISS apresentou uma variação nominal positiva de 26,7%, resultado devido principalmente à baixa base de comparação de 2020, consequência das medidas restritivas para o combate à pandemia. O desempenho também foi impulsionado em 2021 por recolhimentos com serviços jurídicos, econômicos, técnico-administrativos, informática, mercadologia e comunicação, técnico científico e de atividades que estavam severamente impactadas em 2020 pelas medidas restritivas, tais como Turismo e Hospedagem.

A arrecadação do IPTU, segundo maior tributo municipal, aumentou 6,8%. Houve retração da inadimplência foi passando de 14,95% em 2020 para 13,44% em 2021..

Em 2021, o ITBI arrecadou R\$ 3,5 bilhões, o que representa um aumento nominal de 38,6% em relação a 2020. Houve forte expansão no acumulado de 2021 devido ao aquecimento do setor imobiliário, cujo crescimento real em 2020 foi de 3,2%, comparado a aumento real de 28,2% em 2021. A arrecadação de dezembro foi recorde da série histórica (considerando todos os anos desde o aumento da alíquota do ITBI para 3%) refletindo, principalmente, a emissão das guias de Pessoas Jurídicas.

A Receita Patrimonial apresentou queda de 30,8%. Apesar de aumento da receita de rendimentos financeiros em 2021, houve queda significativa neste grupo de receitas devido à base de 2020 incluir R\$ 930 milhões referentes à Cessão da Folha de Pagamentos da PMSP.

A Receita de Transferências Correntes cresceu nominalmente 8,0%. O componente mais relevante desse grupo foi a cota-parte do ICMS, que apresentou crescimento nominal de 25,4% quando comparado a 2020, justificado em grande parte pelo baixo desempenho destas receitas no ano passado, o qual foi impactado negativamente pela pandemia.

A segunda maior receita de transferências refere-se ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, com arrecadação de R\$5,8 bilhões em 2021, 25,4% superior ao valor recebido em 2020. A receita do FUNDEB tem por base a arrecadação de impostos federais e estaduais, majoritariamente do ICMS, assim como a participação da população de alunos das escolas municipais no total do Estado de São Paulo.

Por fim, vale mencionar que se registrou arrecadação de R\$ 783,4 milhões em transferências para o combate à COVID-19 em 2021.